

## Defensoria Pública e Tribunal de Justiça assinam termo de cooperação para realização do “Mutirão Direito a Ter Pai”

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) e o Tribunal de Justiça (TJMG) assinaram, dia 8 de outubro, termo de cooperação técnica para a realização de mais uma edição do “Mutirão Direito a Ter Pai”, que acontecerá no dia 23 de novembro, em Belo Horizonte e em mais 43 comarcas do estado.

Assinaram o documento o defensor público-geral do Estado, Gério Patrocínio Soares; o presidente do TJMG, desembargador Nelson Missias de Moraes; a 3ª vice-presidente do Tribunal, desembargadora Mariangela Meyer; e o corregedor-geral de Justiça, desembargador Saldanha da Fonseca.



PÁGINA 3

## Conselho Superior da DPMG e Associação de Classe promovem homenagem a defensoras e defensores públicos aposentados



Reconhecimento e gratidão foram os sentimentos que marcaram a Sessão Solene do Conselho Superior da DPMG, realizada no dia 5 de outubro, em homenagem às defensoras e defensores públicos aposentados.

O evento foi promovido pela Defensoria Pública em parceria com a Associação dos Defensores Públicos de Minas Gerais (Adep-MG).

PÁGINA 4

## Defensoria-Geral faz visita institucional ao governador de Minas Gerais

PÁGINA 6

### AINDA NESTA EDIÇÃO

- |                         |               |                  |               |
|-------------------------|---------------|------------------|---------------|
| > Agenda externa do DPG | PÁGINAS 6-7   | > DPMG participa | PÁGINAS 25-27 |
| > Escola Superior       | PÁGINAS 8-11  | > Homenagens     | PÁGINA 28     |
| > Seminários/Debates    | PÁGINAS 11-14 | > Na mídia       | PÁGINAS 28-29 |
| > Ações em destaque     | PÁGINAS 14-24 | > Convites       | PÁGINA 29-30  |



## EDITORIAL

Em outubro, a Defensoria Pública de Minas Gerais forneceu 211.632 prestações jurídicas em todo o estado. Esta edição do *Boletim Informativo* contém o registro de alguns dos destaques de atuações de defensoras e defensores públicos e do trabalho institucional desenvolvido no último mês.

Em reconhecimento à valiosa contribuição dos defensores aposentados, para o crescimento e a melhoria da nossa Instituição, promovemos, em parceria com a Adep-MG, uma Sessão Solene do Conselho Superior em homenagem a eles. Foi a primeira edição dessa justa deferência, que passará a ser realizada anualmente. Ainda nessa seara, lançamos o Projeto “Vozes da Experiência” – um convite aos defensores que se aposentaram a contribuírem com a Instituição e a compartilharem vivências.

Outros destaques são os mutirões de orientação jurídica e ações psicossociais que estão sendo realizados nas edições do II Dia Mundial dos Pobres, no interior e em Belo Horizonte; a promoção do Casamento Comunitário em Ribeirão das Neves; além do evento de confraternização para atingidos pelo incêndio na creche Gente Inocente, em Janaúba.

Ainda no interior, foram realizadas diversas ações importantes. Entre outras atividades de realce, em Sete Lagoas, inauguramos centros de Conciliação e Mediação e Psicossocial; em Caratinga, fomos parceiros de casamento comunitário na Apac; e, em Montes Claros, a Esdep promoveu seminário regional, a primeira capacitação da Escola Superior em comarcas do interior.

No âmbito das atuações, poderiam ser listadas inúmeras de destaque e relevância. Registro o agravo de instrumento impetrado pela DPMG e acolhido pelo Tribunal de Justiça que proíbe a apresentação, à imprensa, de presos provisórios. Importante êxito da nossa Instituição e que garante a preservação do direito constitucional à presunção de inocência.

Acompanhe ainda nesta edição, outras informações sobre o trabalho que as 649 defensoras e defensores públicos de Minas Gerais, em conjunto com nossos servidores, parceiros e apoiadores, têm desenvolvido para levar acesso à justiça, cidadania e educação em direitos aos cidadãos mineiros.

Participe do *Boletim Informativo* enviando as notícias locais para publicação, assim como sugestões de pautas.

**Gério Patrocínio Soares**  
DEFENSOR PÚBLICO-GERAL

## Termo de cooperação para realização do “Mutirão Direito a Ter Pai”

O mutirão tem o objetivo de garantir à criança, ao adolescente e ao adulto, o direito a ter o nome do pai em seu registro de nascimento. Também será possível o reconhecimento da maternidade, naqueles casos em que a pessoa não tem o nome da mãe em seu registro de nascimento. A novidade desta edição é a possibilidade da realização do reconhecimento socioafetivo.

O “Mutirão Direito a Ter Pai” é uma iniciativa da Defensoria Pública de Minas Gerais, em parceria com o Tri-

bunal de Justiça, que participa com a cessão gratuita de 1.150 exames de DNA para as famílias cadastradas.

Durante a assinatura do TCT, o defensor-geral, Gério Patrocínio Soares, agradeceu ao Tribunal de Justiça pela parceria. Lembrou que o “Mutirão Direito a Ter Pai” foi iniciado na Defensoria Pública em Uberlândia e que a Instituição tem buscado “fazer mais com menos”, executando ideias e projetos, em prol da população.

A assinatura do TCT aconteceu no gabinete da presidência do Tribunal de Justiça e contou também com a presença da chefe de gabinete da DPMG, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias; da coordenadora de Projetos, Convênios e Parcerias, Michelle Lopes Mascarenhas Glaeser; e da coordenadora do Atendimento da Capital, Sílvia Leonel Ferreira; além dos juízes auxiliares da Presidência do TJMG, Ricardo Veras, Luiz Carlos Rezende, Marcelo Augusto, Lucas Pereira e Delvan Barcelos Júnior.



[Leia matéria na íntegra](#)

## Homenagem a defensoras e defensores públicos aposentados

*Membros do Conselho Superior: Richarles Caetano Rios; Felipe Augusto Cardoso Soledade; Galeno Gomes Siqueira (secretário); corregedor-geral, Flávio Nelson Dâbes Leão; defensor-geral e presidente Gério Patrocínio Soares; subdefensora pública-geral, Luciana Leão Lara Luce; Marco Tulio Frutuoso Xavier; Heitor Teixeira Lanzelotti Baldez; Fernanda de Souza Saraiva; e o presidente da Adep-MG, Eduardo Cyrino Generoso*



continua >>



Na sequência, o defensor-geral, Gério Patrocínio Soares; a subdefensora-geral, Luciana Leão Lara Luce; o corregedor-geral, Flávio Nelson Dábés Leão; e o secretário do Conselho Superior, Galeno Gomes Siqueira

>> Continuação

Ao abrir a Sessão Solene, o presidente do Conselho Superior, defensor público-geral Gério Patrocínio Soares expressou sua emoção pela presença dos aposentados, “que construíram a Defensoria Pública”. O defensor-geral destacou os avanços da Instituição e a importância do trabalho dos homenageados.

A subdefensora pública-geral, Luciana Leão Lara Luce, agradeceu a todos defensores públicos aposentados, destacando que: “se, hoje, temos uma Defensoria mais autônoma e fortalecida do que há dez, vinte anos atrás, tenho certeza, é fruto da participação de todos”.

O corregedor-geral, Flávio Nelson Dábés Leão, parabenizou o Conselho Superior, a Defensoria Pública e a Adep-MG pela homenagem aos aposentados. “Uma instituição que não sabe honrar aqueles que a ergueram não é digna de existir e, por isso, são tão importantes comemorações como esta”, afirmou.

Falando em nome de todos os conselheiros, o secretário do Conselho Superior, Galeno Gomes Siqueira, explicou que a Deliberação nº 005/2013 prevê a homenagem anual a todos os defensores públicos aposentados, sendo que aqueles que se aposentaram antes de 2013 são representados por um defensor público indicado pelo Conselho Superior.

O presidente da Adep-MG, Eduardo Cyrino Generoso, destacou que a homenagem é “um reconhecimento, por todos os que aqui trabalharam e que honraram a Defensoria Pública”, afirmando que os aposentados “são os responsáveis pelas conquistas e são merecedores de todo reconhecimento e gratidão”

Falando em nome dos aposentados após 2013, o defensor público aposentado e diretor de Aposentados e Pensionistas da Adep-MG, Rubens Luis Borges, fez uma breve retrospectiva de seu ingresso na Instituição e decla-



Presidente da Adep-MG, Eduardo Cyrino Generoso



Diretor de Aposentados e Pensionistas da Adep-MG, Rubens Luis Borges

Defensora pública aposentada Cleonice Aparecida Cyrino, representando todos os defensores públicos aposentados antes de 2013: momento de reconhecimento ao trabalho



rou-se “imensamente honrado por estar hoje participando desta homenagem”.

Também foram homenageados em memória três defensores públicos.

A solenidade foi prestigiada por assessores da Defensoria-Geral, coordenadores, defensoras e defensores públicos, servidores, familiares e amigos dos homenageados.

[Leia a matéria na íntegra](#)

## Defensoria Pública troca experiências sobre implantação do Planejamento Estratégico com a Polícia Militar

Conhecer a experiência da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) relacionada à implantação do planejamento estratégico na Corporação e trocar informações foram os principais objetivos do encontro realizado entre a Defensoria Pública-Geral e a PMMG, no dia 3 de outubro.

O encontro aconteceu na Cidade Administrativa de Minas Gerais e contou com a participação do defensor público-geral do Estado, Gério Patrocínio Soares; da subdefensora pública-geral, Luciana Leão Lara Luce; da coordenadora e da assessora da execução do Planejamento Estratégico da DPMG, Marina Lage Pessoa da Costa e Emília Eunilce Alcaraz Castilho, respectivamente; da coordenadora de Projetos, Convênios e Parcerias, Michel-

le Lopes Mascarenhas Glaeser; do assessor de Planejamento e Infraestrutura, Rafael de Freitas Cunha Lins; do chefe do Gabinete Militar da DPMG, ten. cel. Westerson Guimarães Pinto; do comandante-geral da PMMG, cel. Helbert Figueiró de Lourdes; do subcomandante-geral, cel. André Agostinho Leão; do assessor de Relações Institucionais, cel. Eduardo Felizberto Alves; do chefe da Assessoria Estratégica de Desenvolvimento Organizacional, major Miller Michalick; além de assessores estratégicos do Gabinete do Comando-Geral da PMMG.

Inicialmente, o comandante-geral da PMMG, cel. Helbert Figueiró de Lourdes, acompanhado pelo subcomandante e pelo assessor de Relações Institucionais, reuniu-se com o defensor-geral, Gério Patrocínio Soares, e os demais representantes da DPMG. A implantação do planejamento estratégico na Corporação militar, os desafios enfrentados e as experiências exitosas foram os assuntos abordados.

Na sequência, o subcomandante-geral, cel. André Agostinho Leão, o chefe da Assessoria Estratégica de Desenvolvimento Organizacional, major Miller Michalick, e os assessores estratégicos do Gabinete do Comando-Geral da PMMG apresentaram o plano estratégico da Polícia Militar, fazendo uma exposição sobre seu funcionamento e a condução de sua implantação.



Acima, o defensor público-geral do Estado, Gério Patrocínio Soares, e a subdefensora pública-geral, Luciana Leão Lara Luce, acompanhados pelos assessores Marina Lage Pessoa da Costa, Emília Eunilce Alcaraz Castilho e Rafael de Freitas Cunha Lins e da coordenadora de Projetos, Convênios e Parcerias, Michelle Lopes Mascarenhas Glaeser, durante o encontro no gabinete do comandante-geral da PMMG, cel. Helbert Figueiró de Lourdes.

Ao lado, DPG e equipe durante a apresentação do plano estratégico da Polícia Militar





## AGENDA EXTERNA DO DPG

### Defensoria-Geral faz visita institucional ao governador de Minas Gerais

Crédito foto: Marcelo Sant Anna

No dia 7 de novembro, o defensor público-geral do Estado, Gério Patrocínio Soares, fez uma visita de cortesia ao governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel. O DPG estava acompanhado pela subdefensora pública-geral, Luciana Leão Lara Luce; e pela chefe de Gabinete, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias.

Durante o encontro, que aconteceu no Palácio da Liberdade, o defensor-geral entregou ao governador material institucional, com o portfólio de serviços e projetos em execução da Defensoria Pública de Minas.



### Visita de cortesia ao prefeito de Matozinhos

No dia 18 de outubro, o defensor público-geral, Gério Patrocínio Soares, compareceu ao gabinete do prefeito de Matozinhos, Antônio Divino, para uma visita de cortesia. Durante a reunião, foram discutidos assuntos referentes à atuação da Defensoria Pública na cidade. Na oportunidade, o senador eleito, Carlos Viana, participou do encontro.

Participaram, também, o assessor institucional, João Paulo Torres Dias; o defensor público, Adail Martins; a vice-pre-

feita, Zélia Pezzini; o presidente da Câmara de Matozinhos, Sidirley Anderson Dias Bento; o vereador do município, Vinícius Araújo; e vereadores de Uberlândia e Uberaba.

Com informações da Prefeitura de Matozinhos



Defensor-geral Gério Patrocínio Soares acompanhado dos defensores públicos e demais autoridades presentes durante a reunião



Da esquerda para a direita: vereadores de Uberlândia e Uberaba; a vice-prefeita, Zélia Pezzini; o presidente da Câmara de Matozinhos, Sidirley Anderson; o prefeito, Antônio Divino; o senador, Carlos Viana; o defensor-geral, Gério Patrocínio Soares; os defensores públicos Adail Martins e João Paulo Torres; e o vereador Vinícius Araújo



### Visita às unidades de Caratinga e de Ipatinga

Durante visita a Caratinga para participar da cerimônia do casamento coletivo promovido pela DPMG naquela comarca no dia 22 de outubro, o defensor-geral do Estado, Gério Patrocínio Soares, visitou a unidade local da Instituição e, na sequência, a de Ipatinga.



## AGENDA EXTERNA DO DPG

### Condege discute cooperação técnica entre defensorias públicas

#### Conversa entre representantes foi pautada pela atuação conjunta em casos de organizações criminosas

Os temas que ficaram em evidência na última reunião do Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais (Condege) foram a cooperação técnica entre defensorias públicas para atuação conjunta em casos de organizações criminosas e casos de grande repercussão e de colaboração premiada. O encontro, que aconteceu no dia 26 de outubro, em Manaus/AM, foi coordenado por Marcus Edson de Lima, presidente do colégio. O estado de Minas Gerais foi representado pelo defensor público-geral, Gério Patrocínio Soares.

Outro assunto que ganhou destaque foi o mandado de segurança da Defensoria Pública do Distrito Federal contra ato do Poder Judiciário, que determina a defesa de policiais e bombeiros militares independentes de avaliação de vulnerabilidade. Esta foi a XXI Sessão Ordinária do Condege, tendo a presença de Defensores Públicos Gerais de todo o país.

Na pauta, também houve espaço para o compartilhamento de experiências que merecem destaque nas defensorias estaduais, como por exemplo o Observatório da Violência por Intolerância, em São Paulo, que funciona como uma central para receber relatos de agressões mo-



tivadas pelas diversas formas de preconceito e de intolerância. Foi apresentado também um documento com as proposições aprovadas no III Encontro Nacional de Comitês e Mecanismos de Prevenção e Combate à Tortura, que fomenta a criação de uma rede pela articulação entre órgão como Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Ministérios Públicos e Defensorias Públicas.

*Com informações da Defensoria Pública do Estado do Amazonas*

### Abertura da XIII Semana Nacional da Conciliação tem participação da Defensoria Pública

O defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, representou a Instituição na abertura, em Belo Horizonte, da XIII Semana Nacional da Conciliação. O evento aconteceu no dia 5 de novembro, no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). Até o dia 9, data em que

será encerrada a Semana, estão previstas mais de 50 mil audiências, para tentativas de acordo entre as partes.

Durante o evento, o presidente do TJMG, desembargador Nelson Missias de Moraes, a 3ª vice-presidente, desembargadora Mariangela Meyer, e o corregedor-geral de Justiça, desembargador José Geraldo Saldanha da Fonseca, assinaram portaria expandindo, para o interior do estado, a atuação do Centro de Reconhecimento de Paternidade (CRP), iniciativa que garante ao filho ter o nome do pai em seu registro de nascimento, sem necessidade de ação judicial.

O defensor público-geral, Gério Patrocínio Soares, estava acompanhado pela chefe de Gabinete, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias. Diversas autoridades participaram da abertura.



*Com informações do TJMG*



## ESCOLA SUPERIOR

### Esdep promove Seminário Regional em Montes Claros

A Escola Superior da Defensoria Pública do Estado de MG (Esdep MG), em parceria com as Faculdades Santo Agostinho, promoveu, nos dias 18 e 19 de outubro, o Seminário Regional, seu primeiro evento desse tipo no interior, realizado em Montes Claros, no auditório da faculdade, no Campus Shopping.

Na programação do seminário, o diretor da Esdep, Rômulo Luis Veloso de Carvalho, falou sobre a atuação do defensor no plenário do júri, dando exemplos práticos de medidas que podem ser utilizadas pela defesa em sua atuação.

Na mesma noite, o defensor público Gustavo Dayrell, em atuação em Janaúba, apresentou o tema do papel da Defensoria Pública, em especial no controle da legalidade das leis e os direitos fundamentais.

Na manhã seguinte, defensores públicos Wesley Soares Caldeira e Liliana Soares Martins, em atuação em Montes Claros, discutiram sobre a atividade da Instituição e a missão com o encarcerado.

Como debatedores, participaram o coordenador da Re-

*A partir da esq., os defensores públicos Cláudio Pimenta e Gustavo Dayrell, a coordenadora de prática jurídica das faculdades, Kelle Grace Mendes, e o diretor da Esdep, Rômulo Veloso, durante apresentação da mesa*



gional Norte e Local da DPMG, Cláudio Fabiano Pimenta, e a defensora pública Camila Umpierre, ambos em atuação em Montes Claros, com a participação do professor William César Rocha, controlador-geral do município de Montes Claros, e do diretor do presídio local, Rodrigo Marques.

O evento foi amplamente prestigiado pelos defensores da unidade local e pela comunidade acadêmica da região.

[Leia matéria na íntegra](#)



*Seminário reuniu defensores, representantes e alunos no auditório das Faculdades Santo Agostinho (Reprodução: Faculdades Santo Agostinho)*



*Defensores públicos e demais representantes participantes no primeiro dia do evento (no alto) e no segundo dia (acima)*

ESCOLA SUPERIOR

## DPMG comemora Dia do Servidor Público

### Data é celebrada com eventos variados promovidos com o apoio de parceiros

Uma diversificada programação marcou as comemorações do Dia do Servidor Público na Defensoria Pública. As atividades, que tiveram o apoio da Escola Superior (Esdep MG) e da Coordenadoria de Projetos, Convênios e Parcerias (CooProC), aconteceram no dia 26 de outubro, na sede I da Instituição, em Belo Horizonte.

Ao abrir o evento, a subdefensora pública-geral do Estado, Luciana Leão Lara Luce, destacou o valor dos servidores da Casa, que se “dedicam à nobre missão de tornar a justiça mais acessível a milhares de cidadãos mineiros e, por conseguinte, de garantir uma sociedade mais justa e igualitária”.

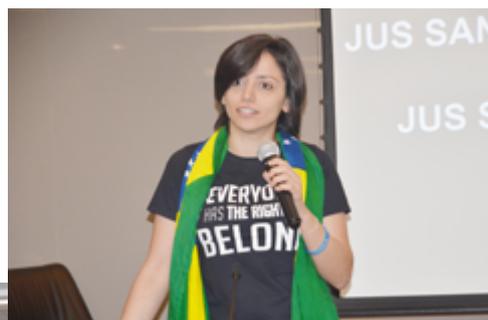


**Relaxamento** – Durante toda a manhã e simultaneamente à palestra, os servidores puderam participar de aulas de yoga, ministrada pelas professoras Daniele Firpe Johnson e Ana Carolina Mendonça.



**Sorteio** – Com o apoio da Bancorbrás, foi sorteado, entre os servidores presentes, um kit de itens para viagem. Representante da Bancorbrás, Giovanni Bessa, e a subdefensora-geral, Luciana Leão Lara Luce, entregaram o kit ao servidor Marco Antônio de Jesus.

**Palestra** – Com a bandeira do Brasil em volta do pescoço, Maha Mamo (*foto abaixo*) compartilhou sua história de vida com servidores e defensores públicos. Filha de pais sírios de religiões diferentes, Maha e seus irmãos nasceram no Líbano e, por questões legais e religiosas, não tiveram direito à cidadania local, tendo-se tornado apátridas, sem nacionalidade.



**Artesanato** – Também presente no evento, o Projeto Fred ofereceu uma oficina de tapeçaria.



Café de confraternização

[Leia matéria na íntegra](#)

## ESCOLA SUPERIOR

# Esdep proporciona a defensores capacitação para peticionamento eletrônico

## Palestra serviu para tirar dúvidas e detalhar funcionamento do sistema

A Escola Superior da Defensoria Pública de Minas Gerais (Esdep MG) promoveu, na manhã do dia 06 de novembro, a palestra “Peticionamento eletrônico na se-



*Gilberto Miranda Barbosa Júnior, do TJMG, e Fernando Luis Camargos Araujo, defensor público*

gunda instância criminal”, ministrada pelo gerente do Núcleo de Suporte Técnico ao Processo Judicial Eletrônico de Segunda Instância, Perícias e Cálculos (NUPE) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Gilberto Miranda Barbosa Júnior.

A atividade teve como objetivo capacitar defensores públicos, estagiários e servidores, ao peticionamento eletrônico, via sistema JPe, tendo em vista a publicação da Portaria Conjunta n. 790/PR/2018, que tornou obrigatório, a partir do dia 26/11/2018, o uso do meio informatizado para o peticionamento dos "habeas corpus", revisões criminais, agravos e mandados de segurança, entre outras ações e recursos.

Os defensores públicos que ainda não solicitaram a confecção da certificação digital para habilitação ao peticionamento eletrônico, deverão fazê-lo mediante abertura de um ticket no sistema de chamados da DPMG, na opção Informática- STI/ Certificado Digital.

Para aqueles que não puderam comparecer à ocasião, a gravação da palestra será disponibilizada na íntegra na intranet. Quaisquer dúvidas devem ser encaminhadas ao e-mail do gabinete.

[Veja aqui a Portaria Conjunta n. 790/PR/2018](#)

## DPMG recebe estudantes de Direito em visita técnica

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) recebeu, no dia 24 de outubro, visita técnica de estudantes de Direito dos 1º e 2º períodos da Faculdade Estácio de Sá de Venda Nova, regional de Belo Horizonte.

O objetivo da visita foi apresentar aos alunos o trabalho realizado pela Defensoria Pública.

Os defensores públicos, Sílvia Leonel Ferreira, coordenadora do Atendimento da Capital, e Rômulo Luis Veloso de Carvalho, diretor da Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep MG), foram os responsáveis pelas orientações e informações aos visitantes.



SEMINÁRIOS/DEBATES/PALESTRAS

## IX Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Betim

O defensor público Luis Renato Braga Arêas Pinheiro, em atuação em Betim, participou no dia 27 de setembro, no auditório da PUC Betim, da Mesa de Diálogo “Proteção integral, diversidade e enfrentamento das violências”, dentro da programação da IX Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Em sua explanação, o defensor público realçou “a importância da criança e, principalmente, do adolescente ser protagonista da sua história tendo vez e voz em todas as situações que o envolvem”. Chamou atenção para a necessidade de uma inclusão social de qualidade da criança e do adolescente com deficiência e destacou ferramentas como a mediação escolar, ressaltando “o pioneirismo e excelência do Projeto Mediação de Conflitos no Ambiente Escolar (Mesc – Paz em Ação) da Defensoria Pública”, coordenado pela defensora pública Francis Coutinho.



*O defensor público Luis Renato Braga (2ª posição da direita para a esquerda)*

## Palestra de inclusão escolar em Contagem e na PUC Minas

O defensor público Luis Renato Braga Arêas Pinheiro participou, no dia 18 de outubro, como palestrante do curso de capacitação para os estagiários e profissionais de apoio à inclusão escolar. O evento ocorreu no auditório da Escola Municipal Heitor Villa-Lobos, na Regional Industrial, em Contagem.

Luis Renato abordou sobre “A Educação Inclusiva na Lei Brasileira de Inclusão”, no qual foi discorrido sobre todos os aspectos legais da inclusão escolar.

O evento foi realizado pela Superintendência de Projetos Especiais e Parcerias, da Secretaria Municipal de Educação (Seduc) de Contagem, com participação de cerca 750 pessoas, dentre elas, profissionais de apoio, cuidadores, estagiários, instrutores e interpretes de Língua Brasileira de Sinais.



No dia 5 de novembro, Luis Renato Braga Arêas Pinheiro participou como palestrante no curso de Pós-graduação lato sensu em “Neurociência e Educação: bases neurofisiológicas do aprendizado”, da PUC Minas. O evento ocorreu no auditório do Prédio 1 do campus Praça da Liberdade, como parte do evento II Neuro Tópicos.

Luis Renato falou sobre todos os aspectos legais da inclusão escolar com o tema “Educação inclusiva: da legislação à prática”. Ele explicou a importância da atuação da defensoria pública nesse processo, ressaltando a importância da atuação extrajudicial do defensor público na educação em direitos.

“É necessário que o defensor público tenha presença dentro das universidades, proporcionando a formação e a capacitação dos estudantes e da população em temas referentes à Defensoria Pública”, completa.



## Coordenadora do Mesc ministra minicurso para mediadores

A coordenadora do Projeto de Mediação de Conflitos no Ambiente Escolar (Mesc – Paz em Ação) e da Câmara de Estudos de Métodos Adequados de Solução de Conflitos e Atuação Extrajudicial, Francis de Oliveira Rabelo Coutinho, ministrou minicurso sobre mediação escolar para mediadores interessados na partilha dos conhecimentos sobre o Projeto Mesc e a educação libertadora.

A atividade, que foi realizada a convite da Associação de Mediadores de Belo Horizonte e Outras Regiões (AMBHOS), aconteceu no dia 16 de outubro.

*Na foto, a defensora pública Francis de Oliveira Rabelo Coutinho, acompanhada pela presidente da AMBHOS, advogada e mediadora Grasielle Mello e pelos participantes da capacitação*



## III Congresso Internacional de Direitos Humanos de Coimbra

Defensores públicos mineiros participaram do “III Congresso Internacional de Direitos Humanos de Coimbra: uma visão transdisciplinar”, realizado nos dias 15, 16 e 17 de outubro, na Universidade de Coimbra, em Portugal.

O congresso contou com um simpósio abordando o tema “A Defensoria Pública e as Instituições do Sistema de Justiça: perspectivas para a promoção dos Direitos Humanos no contexto das tecnologias disruptivas”, coordenado pelo defensor público Alfredo Emanuel Farias de Oliveira, em atuação na Desis Cível.

Participaram também, os defensores públicos Adhemar Della Torre Netto, do Tribunal do Júri da Capital, ministrando palestra sobre as novas tecnologias e a produção da prova no plenário do júri, e Marina Buck Carvalho Sampaio, da 2ª Fazenda Estadual, com a palestra sobre o tema “Violência de gênero e os direitos da mulher: mudança de paradigma no Brasil a partir da atuação do sistema interamericano de direitos humanos”. Presentes ainda os defensores Antônio Carlos Moni de Oliveira, em atuação em Araxá, e Mariana Carvalho Lima, da área cível.

*Com informações da Anadep*



*Da esquerda para a direita, os defensores públicos mineiros Alfredo Oliveira e Adhemar Netto, o defensor Jorge Bheron, em atuação no Ceará, e o defensor José Rei, em atuação no Pará*

## Audiência pública da ALMG sobre violência no período eleitoral



O diretor da Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep MG), Rômulo Luis Veloso de Carvalho, representou o defensor público-geral do Estado, Gério Patrocínio Soares, na audiência pública da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) para tratar de atos de violência ocorridos em decorrência do processo eleitoral atualmente em curso.

A audiência, que foi solicitada pelo presidente da comissão, deputado Cristiano Silveira, aconteceu no dia 23 de outubro.

*Com informações da ALMG*

## Defensoria Pública é destaque em seminário da UFMG sobre violações a direitos humanos

O seminário “Violações a Direitos Humanos e a Defensoria Pública”, promovido, no dia 25 de outubro, pelo Núcleo Jurídico de Diversidade Sexual e de Gênero (Diverso) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), contou com apresentação de quatro defensores públicos, que abordaram diversos temas. O evento integrou as atividades da Formação Transversal em Direitos Humanos da Universidade.

O defensor público Guilherme Andrade Carneiro Deckers falou sobre as principais formas de prestação de assistência judiciária ou jurídica existentes, destacando atuação da Defensoria Pública.

A atuação extrajudicial da Defensoria Pública foi abordada pela defensora pública Carolina Morishita Mota Ferreira, que explicou como o poder de requisição é essencial para a obten-

ção de documentos e acesso à cidadania.

A defensora pública Maria Cecília Pinto e Oliveira, em atuação na Defensoria Especializada na Defesa do Direito da Mulher em Situação de Violência (Nudem-BH), falou sobre o contexto da edição da Lei Maria da Penha e sobre hipóteses em que ela incide, além da atuação do Nudem-BH e a importância de políticas de prevenção no combate da violência doméstica, em especial, no âmbito da educação.

O defensor público Paulo Cesar Azevedo de Almeida trouxe um diagnóstico da crise carcerária no Brasil, por meio de dados estatísticos extraídos do Relatório de Informações Penitenciárias de 2017, analisando as múltiplas causas da superlotação prisional.

[Leia matéria na íntegra](#)



*Defensores públicos Paulo Cesar Azevedo de Almeida, Guilherme Andrade Carneiro Deckers, Carolina Morishita Mota Ferreira e Maria Cecília Pinto e Oliveira*

## Seminário de direitos humanos

Diante dos atuais movimentos migratórios que estão acontecendo em todo o mundo, o Cefet-MG promoveu entre os dias 05 de setembro e 25 de outubro uma série de atividades no evento “Direitos Humanos e a Questão Migratória: uma possibilidade de conhecer a vida de migrantes e refugiados no Estado de Minas Gerais”.

A programação contou com temas que cercam as populações vulneráveis decorrentes dos fluxos migratórios na região metropolitana de Belo Horizonte.

Integrando os temas de conscientização e reflexão acerca da eliminação de discursos xenofóbicos e preconceituosos, a defensora pública Rachel Aparecida de Aguiar Passos, que atua na Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), foi palestrante sobre “Tráfico de seres humanos”, durante o encerramento da programação.

O evento foi uma iniciativa do estudante estrangeiro de Engenharia Ambiental e Sanitária Alexandre da Silva, de Guiné-Bissau, em parceria com a Secretaria de Política Estudantil do Cefet-MG.



*Marcela Rage, advogada integrante do Observatório de Trabalho Escravo da UFMG; Rachel Passos, defensora pública de direitos humanos; Alexandre da Silva, estudante do Cefet-MG e organizador do evento; Caroline Reis, professora do Cefet-MG*

[Leia matéria na íntegra](#)

## Palestra no Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade

A defensora pública Rachel Aparecida de Aguiar Passos, em atuação na Defensoria Pública Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), ministrou palestra no Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade, unidade da Secretária de Estado de Administração Prisional (Seap) localizada na comarca de Vespasiano. O evento aconteceu no dia 26 de outubro.

A iniciativa dá cumprimento à prerrogativa constitucional e legal da Defensoria Pública Estadual nas demandas afetas ao Sistema Prisional, no que tange ao artigo 41 da Lei de Execuções Penais.

A defensora pública Rachel Passos apresentou o projeto conjunto da Defensoria Especializada em Urgências

Criminais e das defensoras populares formadas no curso promovido pela Escola Superior da Defensoria Pública de Minas Gerais (Esdep-MG), em 2017.

Rachel Passos também explanou sobre educação em direitos e apresentou a médica mastologista e radiologista, Patrícia Large, que abordou a importância da prevenção ao câncer de mama.

Além das detentas, acompanharam as atividades as funcionárias e agentes da unidade prisional, como a diretora de segurança Myriam Alves, e as defensoras populares Maria das Graças e Edna Pereira, voluntárias do projeto.

Após a palestra, foram distribuídos kits para as detentas e doações arrecadadas pelas voluntárias.



*Da esquerda para direita: as defensoras populares, Maria das Graças e Edna Pereira; a defensora pública Rachel Passos; a médica Patrícia Large; e a diretora de segurança da unidade prisional Myriam Alves*

## AÇÕES EM DESTAQUE

## Coordenadora Regional visita unidade da DPMG em Rio Preto

*Coordenadora da Regional Mata I, Ana Lucia Gouvêa Leite; coordenador Local, Anderson Duque; e o servidor Mauro Melo Moraes*



De acordo com a política institucional de promoção da integração dos defensores públicos do estado, especialmente do interior, no dia 3 de outubro, a coordenadora da Regional Mata I, Ana Lucia Gouvêa Leite, esteve em visita na comarca de Rio Preto, ocasião em que se reuniu com o coordenador Local, Anderson Almeida Duque.

## Defensoria Pública em Janaúba promove confraternização para atingidos por incêndio na creche Gente Inocente

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) promoveu, no dia 5 de outubro, um evento de confraternização em Janaúba, para proporcionar a interação entre as famílias das vítimas e sobreviventes do incêndio da creche Gente Inocente, e permitir que a lembrança do dia se tornasse um pouco menos dolorosa.

À frente da iniciativa estiveram a coordenadora Local em Janaúba, defensora pública Claudijane dos Santos Gomes; os defensores públicos Gustavo Francisco Dayrell de Magalhães Santos, João Helton Barbosa e Wanderlúcio da Silva Fernandes, em atuação na comarca; e a coordenadora de Projetos, Convênios e Parcerias da DPMG, Michelle Lopes Mascarenhas Glaeser. Também esteve presente no evento a assessora de Planejamento e Infraestrutura, Giza Magalhães Gaudereto.

O evento aconteceu no Serrano Esporte Clube e a primeira atividade foi uma missa celebrada em homenagem às vítimas. Após a cerimônia religiosa, foi realizada a confraternização organizada pela DPMG. As crianças puderam brincar ao ar livre e se divertir com artistas animadores e atividades de entretenimento e aventura, como tirolesa. Foram oferecidos lanches, sucos, frutas, algodão doce e picolés, doados pela comunidade local. Houve, ainda, distribuição de roupas, calçados e presentes, arrecadados pela Defensoria Pública para

essa finalidade, inclusive na própria Instituição.

O coordenador da Regional Norte e Local em Montes Claros, Claudio Fabiano Pimenta, considerou que a mobilização promovida pela Defensoria Pública “permitiu a adesão de outras instituições e da sociedade civil a uma campanha para trazer um mínimo de alento a todas as famílias atingidas pela tragédia. E também, lançar um olhar sobre a situação dessas crianças e famílias, que ainda precisam de apoio psicológico, médico e assistência social.

A coordenadora Local em Janaúba, Claudijane Gomes, chamou a atenção para “as consequências variadas trazidas pela tragédia, que exigem tratamento adequado e, por vezes, único. A Defensoria Pública conviveu com situações novas em razão do incêndio e vai continuar no atendimento das famílias atingidas.

Foram parceiros da DPMG na confraternização o Corpo de Bombeiros, Polícia Militar de Minas Gerais, Rede Norte, Risiele Decor, sorveteria Progresso, Sicoob JUS-MP, Dona Ninha Empório & Padaria, Brasnica, Cerimonial Austelia Mendes, Contexto Papelaria, Nuno Casasanta, Débora Braun Perri, Cemig, Loja Maçônica Fraternidade e Justiça e MRV.

*continua >>*





>> Continuação

O evento ganhou cobertura nacional da imprensa.

[Leia a matéria na íntegra](#)

*A partir da esq.: os defensores públicos efensores públicos Gustavo Francisco Dayrell de Magalhães Santos, Claudio Fabiano Pimenta, Giza Magalhães Gaudereto, Michelle Lopes Mascarenhas Glaeser, João Helton Barbosa e Claudijane dos Santos Gomes (7ª posição, a partir da esq.) e estagiários da DPMG que participaram do evento*

## Município de Belo Horizonte oficializa criação do Grupo de Trabalho da Educação Infantil

Publicação no Diário Oficial do Município, no dia 5 de outubro, formalizou a constituição do Grupo de Trabalho da Educação Infantil de Belo Horizonte.

Além da Defensoria Pública Especializada da Infância e Juventude Cível de BH, integram o GT da Educação Infantil a Promotoria da Educação de Belo Horizonte, a Secretaria Municipal de Educação, o Movimento de Luta Pró-Creches, os Conselhos Tutelares de Belo Horizonte e os Conselhos Municipais de Educação e do Direito da Criança e do Adolescente.

O GT da Educação Infantil tem o objetivo de acompanhar o atendimento da Educação Infantil prestado pela Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte.

Segundo a coordenadora da Defensoria Especializada de Infância e Juventude – Cível, defensora

pública Daniele Bellettato Nesrala, “os membros do GT e a comunidade vêm debatendo amplamente as melhores formas de atender integralmente todas as crianças do Município e com qualidade. As limitações orçamentárias têm sido superadas com muito estudo, debate multidisciplinar, planejamento estratégico e monitoramento contínuo, buscando as soluções mais adequadas do que a judicialização em massa dos conflitos de falta de vagas na educação infantil. Com isso, Belo Horizonte zerou a fila de espera por vagas para as crianças de três a seis anos. Consequentemente, o número de matrículas realizadas por meio de decisões judiciais caiu cerca de 90%, comparando-se 2017 e 2018, o que, por sua vez, permite ao Município o adequado planejamento das ações futuras”.

## Reunião da Comissão Especial do Direito da Pessoa com Deficiência da Anadep em São Paulo

O defensor público Luis Renato Braga Arêas Pinheiro, em atuação em Betim, participou no dia 5 de outubro, da primeira reunião da Comissão Especial do Direito da Pessoa com Deficiência da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), realizada em São Paulo. O defensor público mineiro é o coordenador-adjunto da Comissão.

Participaram do encontro representantes da Bahia, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Rondônia, Rio de Janeiro, Paraíba, São Paulo e Minas Gerais. Além disso, o representante de Goiás colaborou de forma virtual.

Na oportunidade, foram discutidos assuntos referentes ao papel da Defensoria Pública na garantia dos direitos da pessoa com deficiência com elaboração de estratégias de atuação.



*Defensor público Luis Renato Braga (1ª posição da direita para a esquerda) acompanhado de representantes de outros Estados*

*Com informações da Anadep*

## Defensoria Pública inaugura centros de Conciliação e Mediação e Psicossocial em Sete Lagoas

A Defensoria Pública de Minas Gerais em Sete Lagoas inaugurou, no dia 05 de outubro, os centros de Conciliação e Mediação e Assistência Psicossocial da Instituição no município. A iniciativa conta com a parceria da faculdade Ciências da Vida.

Participaram do evento o assessor Institucional, Wilson Hallak Rocha; o coordenador Local, Lincoln Jotha Soares; e os defensores públicos Gilson Santos Maciel, Nivea de Matos Lacerda e Danielle Froés Soares dos Santos, em atuação na comarca.

Em sua explanação, Gilson Santos destacou a satisfação em inaugurar dois centros que “irão qualificar o atendimento prestado aos cidadãos vulneráveis. A Instituição tem fortalecido a prática de meios alternativos como a mediação e a conciliação, para solução dos conflitos”, completou.

Na oportunidade, Wilson Hallak parabenizou pela iniciativa e afirmou que esse é o futuro da Defensoria, ou seja, atuar mais na resolução dos problemas e menos na demanda. Ainda, ressaltou a importância de o projeto ser implantado em outras unidades da Instituição, uma vez que evita a judicialização de muitas ações.



*Os defensores públicos Nivea de Matos Lacerda, Wilson Hallak Rocha, Danielle Froés Soares dos Santos e Gilson Santos Maciel*

**Primeiro atendimento de multiparentalidade** – A DPMG realizou, no dia 6 de novembro, por meio da Centro de Conciliação e Mediação em Sete Lagoas, o primeiro atendimento de multiparentalidade na comarca, procedimento jurídico que afirma a existência do direito à convivência familiar da criança e do adolescente por meio da paternidade biológica em conjunto com a paternidade socioafetiva. Participaram da sessão, o pai registral, que é o socioafetivo, o pai biológico, que realizou o exame de DNA, e a mãe da adolescente. A sessão foi conduzida pelo defensor público Gilson Santos Maciel.

[Leia aqui matéria do atendimento na íntegra](#)

## Roda de conversa sobre direito à moradia e regularização fundiária

A Defensoria Pública de Minas Gerais, por meio da defensora pública Cleide Aparecida Nepomuceno, promoveu roda de conversa na creche Vovó Geralda, localizada no Conjunto Paulo VI, em Belo Horizonte, para tratar do direito à moradia e regularização fundiária. A atividade, que integra o Projeto “Colóquio da Comunidade com a Defensoria Pública”, foi realizada no dia 17 de outubro.

Durante o encontro, Cleide Nepomuceno fez uma apresentação sobre a Defensoria Pública e esclareceu dúvidas dos moradores. “A Defensoria Pública está do lado dos moradores e da Associação do bairro para trabalhar pelo direito de acesso aos serviços públicos, uma garantia de todos”, ressaltou.

A atividade contou com a iniciativa e apoio da gestora Mariana Aranha e da equipe do programa de Mediação de Conflitos do Estado de Minas Gerais, vinculado à Subsecretaria de Políticas de Prevenção Social à Criminalidade; além de lideranças do bairro Montes Claros.

Também participou do encontro, Ronaldo Manassés, representante dos Fóruns Regionais de Minas Gerais.



*Defensora pública Cleide Aparecida acompanhada pelos moradores durante a roda de conversa*

## Casamento Comunitário da Defensoria Pública celebra a união de 50 casais em Ribeirão das Neves

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), em parceria com a Superintendência de Assistência Social de Ribeirão das Neves e com o apoio da Coordenadoria de Projetos, Convênios e Parcerias da Instituição, promoveu, no dia 19 de outubro, uma edição do Casamento Comunitário em Ribeirão das Neves, oficializando a união de 50 casais. O evento aconteceu na Cidade dos Meninos São Vicente de Paulo, que cedeu o teatro para sua realização.

A cerimônia contou com marcha nupcial executada

por músicos da Polícia Militar, decoração especial, troca de alianças, benção ecumênica, entrega das certidões de casamento e sorteio de presentes.

Após a solenidade, foram sorteados entre os casais 19 eletrodomésticos, presenteados pelo Servas e pela Prima Linea, e três *vouchers* para consumo na Pizzaria e Lanchonete Moinhos. Também com o apoio de parceiros, todos os noivos foram presenteados com bombons, bolos de pote e bem-casados

*continua >>*



O defensor público-geral do Estado, Gério Patrício Soares, destacou a ação como uma oportunidade para concretizar sonhos e levar cidadania para a população. "Este é o nosso trabalho: trazer o acesso aos direitos para todos os cidadãos. Contem sempre com a Defensoria Pública".



A defensora pública Mônica Garcia Amim, em atuação na comarca de Ribeirão das Neves e idealizadora do evento, realçou a missão da DPMG como agente de transformação social e agradeceu a confiança dos casais participantes. "Nós, defensores públicos, ficamos muito felizes em poder fazer um pouco de diferença na vida de vocês. A Defensoria está aqui para isso. Contem conosco".



Dois casais receberam simbolicamente as certidões de casamento, representando, cada um, os cartórios de Ribeirão das Neves e de Justinópolis. Os demais casais receberam o documento após a solenidade.

*Coordenador Local em Ribeirão das Neves, Gustavo Lima Leite; defensor público Paulo César Azevedo de Almeida; membro do Conselho Superior Felipe Augusto Cardoso Soledade; assessor Institucional, João Paulo Torres Dias; defensora pública Mônica Batista Soares Garcia Amim; secretário do Conselho Superior, Galeno Gomes Siqueira; subcoordenadora do Núcleo Estratégico da Defensoria Pública de Proteção aos Vulneráveis em Situações de Crise, Carolina Morishita Mota Ferreira; defensor-geral, Gério Patrocínio Soares; defensor Fábio Moisés Iwamizu Silva; coordenadora de Projetos, Convênios e Parcerias, Michelle Lopes Mascarenhas Glaeser; e o defensor público Lucas de Ávila Chaves Borges*



[Leia matéria na íntegra](#)

## Parceria em casamento comunitário na Apac de Caratinga

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) participou, no domingo, 21 de outubro, da segunda edição do casamento comunitário realizado pela Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac) de Caratinga.

A cerimônia, que oficializou a união de seis casais, foi promovida com a parceria da Defensoria Pública do estado e contou com entrada dos noivos em tapete vermelho, decoração especial, troca de alianças, benção ecumênica, entrega das certidões de casamento, bem-casados e bolos e apresentação musical.

Presente no evento, o defensor público-geral do Estado, Gério Patrocínio Soares, destacou a ação como uma oportunidade para concretizar sonhos e manifestou satisfação pela iniciativa. “Estamos celebrando os elementos do método da Apac, como a valorização humana e a família aqui presentes”, completou.

O DPG agradeceu aos noivos e familiares presentes, pela confiança na Defensoria Pública, e aos representantes e autoridades presentes, pela parceria na realização da cerimônia.

Estiveram presentes também, a coordenadora Local da DPMG em Caratinga, Tamires Gomes Brandão; a subcoordenadora do Núcleo Estratégico da Defensoria Pública de Proteção aos Vulneráveis em Situações de Crise, Carolina Morishita Mota Ferreira; a defensora pública Juliana Nunes, em atuação na comarca; além da diretora da Apac de Caratinga, Adriana Luppis.



*Após o casamento, o defensor-geral visitou as instalações da Apac. Na foto, acompanhado por defensores públicos, servidores e estagiários da unidade local*

## DPMG recebe palestra sobre poliomielite em Belo Horizonte

Na manhã do dia 23 de outubro, véspera em que é celebrado o Dia Mundial de Combate à Poliomielite, os assistidos que aguardavam atendimento na sede I da Defensoria Pública na Capital tiveram acesso a uma palestra sobre a doença.

A médica explicou que, embora a pólio esteja erradicada no Brasil, é essencial que todas as crianças sejam vacinadas durante as campanhas ofertadas pelo Governo. “Mesmo que estejam com o cartão de vacinação em dia, devem tomar as doses de reforço”, destacou.

*A atividade contou com a participação dos representantes do Rotary Club de Belo Horizonte, defensora pública aposentada Marlene Alves da Cruz Souto (à esquerda), médica endocrinologista Elizabeth Ferreira Moreira e Yuri Gomes Mallaco (ao centro).*



## “Gestão Legal” é apresentado ao Comitê de Registro Civil da Bahia

**A defensora pública Flávia Marcelle Torres Ferreira de Moraes compartilhou com os colegas baianos sua experiência à frente do projeto**

Para trocar vivências e entender como é realizada a Unidade Interligada de Registro Civil das Pessoas Naturais de Minas Gerais, que permite que as crianças já saiam da maternidade com a certidão de nascimento, o Comitê Gestor Estadual do Plano Social Registro Civil de Nascimento e Documentação Civil Básica, da Bahia, foi à Cidade Administrativa entender a aplicação da proposta.

O encontro foi proporcionado pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (SEDPAC), por meio do Comitê Gestor Estadual de

Políticas de Erradicação de Sub-Registro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação Básica. Os conselhos mineiro e baiano se reuniram nos dias 24 e 25 de outubro, com uma programação ampla e diversificada sobre o tema, que incluiu o relato da defensora pública Flávia Marcelle Torres Ferreira de Moraes sobre o projeto “Gestão Legal”.

Na ocasião, estavam presentes representantes das entidades baianas do Ministério Público, Defensoria Pública, IBGE, Tribunal de Justiça, Secretaria de Justiça Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, Secretaria do Planejamento e Secretaria Estadual de Saúde.

[Leia matéria na íntegra](#)



*O “Gestão Legal” já realizou três edições, com atividades ao ar livre, palestras e distribuição de brindes. Tudo é feito voluntariamente e sem custos à Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, impulsionado por parcerias, que proporcionam às gestantes assistidas mais acesso e condições de exigir seus direitos.*

## Rio Doce: Acordo garante que direito de reparação às vítimas não prescreve

Um termo de compromisso assinado no dia 26 de outubro, entre os Ministérios Públicos, Defensorias Públicas e as empresas Samarco Mineração S/A, Vale S/A, BHP Billiton do Brasil e a Fundação Renova, estabelece que não haverá prescrição de direitos e pretensões das vítimas da tragédia do Rio Doce na data de 5 de novembro de 2018. No acordo, as empresas e a Fundação Renova reconhecem sua obrigação de reparar integralmente as pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão.

A necessidade de realizar a formalização veio de uma interpretação que estava sendo usada por desconhecimento ou má fé para captar clientes entre as vítimas e acelerar, de maneira imprecisa, as negociações. O compromisso assinado pelas empresas deixa claro que

as pessoas que ainda não foram cadastradas como atingidas poderão fazer o cadastramento, tendo sua situação analisada de modo criterioso ao longo do processo de repactuação previsto no TAC Governança, homologado pelo Judiciário Federal em 3 de agosto passado.

“Firmamos o acordo para sanar qualquer dúvida e abrimos a possibilidade de novos cadastros. As empresas, de maneira expressa, reconheceram que não há o que se falar em prescrição”, declara José Adércio Leite Sampaio, procurador da república na força-tarefa Rio Doce. Trata-se de uma importante conquista das pessoas atingidas que se sentiram ameaçadas por pensar que poderiam ter seus direitos prescritos após três anos do desastre.

*continua >>*

>> *Continuação*

O documento tem a função de acalmar e diminuir o desespero da população, mesmo que a prescrição nunca tenha sido uma possibilidade, já que o processo está em andamento. O defensor público Antônio Lopes de Carvalho Filho, coordenador do Núcleo Estratégico da Defensoria Pública de Proteção aos Vulneráveis em Situações de Crise, aponta que “a vitória obtida, considerando a vulnerabilidade social dos atingidos, elimina o terror psicológico”.

Carolina Morishita Mota Ferreira, defensora pública e subcoordenadora do Núcleo supracitado, afirma que “nunca houve o risco de prescrição e continuamos trabalhando para que os direitos sejam assegurados e as vozes sejam devidamente ouvidas”.

Assinaram o termo o Ministério Público Federal, os Ministérios Públicos do Estado de Minas Gerais e do Estado do Espírito Santo, a Defensoria Pública da União, as Defensorias Públicas do Estado de Minas Gerais e Espí-



*Carolina Morishita, defensora pública; André Sperling, promotor de justiça; José Adércio Leite, procurador da República; e Antônio Lopes, defensor público, durante a assinatura do acordo*

rito Santo. A solenidade foi realizada na Procuradoria da República em Minas Gerais.

[Leia o termo na íntegra](#)

*Com informações do MPF – Procuradoria da República em Minas Gerais*

## Em Governador Valadares, DPMG participa de reintegração de posse

A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, por meio do defensor público Rodrigo Zouain da Silva, participou no dia 30 de outubro da inspeção judicial na Fazenda Jerusalém, no distrito de Santo Antônio do Pontal, município e comarca de Governador Valadares.

A inspeção judicial é pertinente ao auto de nº 5175161-34.2017.8.13.0024 e carta precatória de nº 5008600-34.2018.8.13.0105. Com isso, houve a possibilidade de o órgão conhecer a realidade do assentamento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra na região,

onde cerca de 40 famílias ocupantes reivindicavam a propriedade da Fazenda Jerusalém.

No dia seguinte, 31, foi realizada uma audiência de conciliação, na qual foi firmado um acordo com o movimento, que se comprometeu a desocupar o imóvel no prazo de 90 dias.

De acordo com o defensor Rodrigo Zouain, “o papel da Defensoria Pública foi o de promover a conciliação, onde as partes elaboraram um acordo de forma democrática, razoável, humana e acima de tudo digna”.

## Defensoria Pública e Arquidiocese de BH organizam ações sociais para o II Dia Mundial dos Pobres

Orientações jurídicas, campanha solidária, apoio psicológico, alimentação, serviços de saúde, lazer e cuidados pessoais estão sendo realizados em cinco municípios da Região Metropolitana nos meses de outubro e novembro. Em Belo Horizonte, um conjunto de serviços também serão oferecidos pela Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG) em solidariedade ao II Dia Mundial dos Pobres. A atividade acontecerá no dia 13 de novembro, na Serraria Souza Pinto (*veja link para programação completa na página 29*)

coordenadora de Projetos, Convênios e Parcerias da Defensoria Pública de Minas Gerais, Michelle Lopes Mascarenhas Glaeser, reuniu-se, no dia 4 de setembro, com o bispo auxiliar dom Otacílio Ferreira de Lacerda e outros representantes da Igreja Católica, na sede do Vicariato Social, em Belo Horizonte. Participaram também do encontro, pela DPMG, a defensora pública Irma Luzia de Paiva, com atuação na Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH); a coordenadora técnica do Centro Psicossocial, psicóloga Raquel Azevedo; e a servidora da coordenação de Projetos, Marise Alves Ferreira.

### Reuniões de alinhamento das ações

• Para organizar as ações do II Dia Mundial dos Pobres, a

*continua >>*

• No dia 09 de outubro, a reunião foi com representantes da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, para alinhar as atividades com foco na promoção da saúde que serão oferecidas pela Secretaria no II Dia Mundial dos Pobres. Também participaram as servidoras da DPMG, Raquel Azevedo e Marise Alves Ferreira; além das representantes da Secretaria, Maria do Carmo Freitas e Josiane Alves (Diretoria de Assistência à Saúde Dias), Eliane Sena e Vânia Rocha (Gerência de Epidemiologia e Regulação Centro Sul) e Thatiany Phola Moraes e Silva (Diretoria Regional de Saúde).

• Novo encontro foi realizado no dia 29 de outubro, com representantes do Serviço Especializado em Abordagem Social (Seas), da Prefeitura de Belo Horizonte, para discutir os últimos detalhes para preparação do evento a ser realizado na capital. Também participaram da reunião a defensora pública Irma Luzia de Paiva; a psicóloga Raquel Azevedo; a servidora Marise Alves Ferreira; além dos representantes do Vicariato Episcopal para a Ação Social e Política, Marcelo Henrique Alves Moreira e Maria Amélia; do Seas, Diego Davi Machado, Carlos Eduardo Costa e Thais de Madureira; da Adra Brasil, Dayane Arantes Castro Alves; e da Pastoral de Rua de Arquidiocese de Belo Horizonte, Alexa Rodrigues do Vale.

## Pedro Leopoldo

Com atividades de lazer, apresentações culturais, cuidados pessoais, orientações jurídicas e alimentação, o CRAS Norte de Pedro Leopoldo foi o local escolhido para acomodar uma programação extraordinária na manhã do dia 7 de novembro, que recebeu o nome de Jornada das Famílias.

“Este é um evento de valorização da vida, um marco entre parcerias público-privadas. Aqui, as diversas comunidades se unem para dar espaço a uma sociedade mais justa”, introduziu o defensor público Manoel Luiz Ferreira, que atua na comarca de Pedro Leopoldo.



Apresentações culturais alegraram a Jornada das Famílias



*Durante o mutirão, as defensoras públicas Michelle Lopes Mascarenhas Glaeser (coordenadora de Projetos, Convênios e Parcerias), Maria Fernanda Kokaev de Castro Pagano, Deborah Picinin Muzzi e Alenize Correia Silva Lopes (assessora da Corregedoria-Geral) prestaram orientações jurídicas nas áreas cível, criminal e família.*

## Nova Lima inaugura atividades

A Defensoria Pública de Minas Gerais promoveu, no dia 21 de outubro, mutirão de orientação jurídica em Nova Lima, inaugurando as ações do II Dia Mundial dos Pobres, realizadas em parceria pela Instituição e a Arquidiocese de Belo Horizonte.

Além do atendimento da Defensoria Pública, também foram oferecidos gratuitamente para a população orientações com nutricionista, atividades de alongamento com educador físico, aferição de pressão, oficina de artesanato, e apresentação musical com saxofonista.

[Veja matéria na íntegra](#)

## Bonfim

Em Bonfim, o mutirão da Defensoria Pública no II Dia Mundial dos Pobres aconteceu na manhã do dia 26 de outubro.

Confira a matéria completa nos próximos dias no site da DPMG.

Para oferecer uma assistência jurídica completa, a defensora pública Michelle Glaeser esteve presente e auxiliou os estagiários da DPMG nos atendimentos.

Outras iniciativas muito importantes foram as palestras ministradas na ocasião. Os temas envolveram violência doméstica e convivência familiar, aonde o defensor Manoel Luiz afirmou que “não se pode viver em um ambiente violento”. Em uma roda de conversa, ele deu orientações e distribuiu materiais informativos, colocando a DPMG à disposição da população.

[Veja matéria na íntegra](#)

## Atuação extrajudicial da Defensoria Pública em Viçosa resulta em assinatura de contratos favorecendo trabalhadores

A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais obteve solução consensual em atuação extrajudicial junto à Prefeitura de Viçosa e o Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município (SAAE), envolvendo trabalhadores em situação vulnerável.

Desde março deste ano, a Instituição vem negociando com a Prefeitura de Viçosa e o SAAE, que controlam o serviço de limpeza pública na cidade, a contratação das associações para realização dos serviços de coleta e triagem de materiais recicláveis, além da mobilização e educação da sociedade em relação à correta separação dos resíduos.

No dia 04 de outubro, os contratos foram assinados, marcando uma nova etapa de relacionamento entre as associações de catadores e o Poder Público, o que proporcionará melhoria para os trabalhadores e também do serviço de limpeza pública na cidade. Atualmente, a co-

leta seletiva representa apenas 3% do total de resíduos coletados no Município.

Os contratos assinados têm o prazo de um ano, em que os 40 catadores beneficiados serão remunerados pelos serviços prestados, bem como receberão suporte logístico e de infraestrutura. Esse tipo de contratação é permitido na lei da política nacional de resíduos sólidos, que prevê dispensa de licitação, podendo ser prorrogado por até cinco anos.

Para o defensor público Glauco Rodrigues de Paula, que atuou em favor das associações, “a assinatura do contrato representa um passo importante na luta dos catadores por reconhecimento do trabalho que vêm prestando há anos em prol da sociedade e do meio-ambiente, os quais terão melhores condições de buscar sua autonomia e vida com dignidade”.



*Defensor público Glauco Rodrigues acompanhado pelos catadores e representantes da Prefeitura Municipal e SAAE*

## Defensoria Pública consegue junto ao TJMG proibição de apresentar preso provisório à imprensa

A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais obteve decisão favorável do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) que questiona e pede a proibição de apresentação não autorizada da imagem e/ou voz de pessoa presa pelas polícias Civil e Militar à imprensa, a não ser em situações excepcionais.

No caso de apresentação excepcional da pessoa presa, deve o delegado de polícia motivar por escrito a decisão de forma individual, concreta e objetiva, com indicação dos aspectos de fato e de direito que a embasam, no que tange à necessidade para a investigação criminal.

Assim, segundo a decisão, evitam-se arbítrios e/ou abusos, uma vez que fica vedado “qualquer excesso sensacionalista, conduta degradante, humilhação indevida, acusação leviana ou aviltamento da condição do acusado”. Determinou-se, ainda, que, eventual apresentação excepcional da pessoa presa seja comunicada ao Ministério Público e à Defensoria Pública, sob pena de multa diária

no valor de R\$ 10 mil por preso apresentado à mídia.

O objetivo da Defensoria Pública com a Ação Coletiva é trazer mais racionalidade ao funcionamento das instituições, evitando humilhações e rituais medievais nos procedimentos. Em muitos casos, verificou-se uma pressão exagerada sobre o juiz com a exposição desnecessária de indivíduos que posteriormente foram até mesmo inocentados.

Para o defensor público Paulo Henrique Drummond Monteiro, a ação ajuizada pela Defensoria de Minas e a decisão do TJMG “em nada prejudicam o fundamental trabalho de investigação, mas sim, o aperfeiçoa e o livra de procedimentos ultrapassados em nosso país”.

[Conheça a decisão, assinada em 5 de outubro](#)

[Veja aqui matéria publicada no site do TJMG](#)

## Decisão judicial do TJMG acata recurso conduzido pela Defensoria Pública

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) obteve êxito em recurso dirigido ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), Apelação Cível nº 1.0338.15.006274-7/001, para julgar improcedentes embargos à execução apresentados pelo Município de Itaúna, em procedimento de cumprimento de sentença para cobrança de honorários advocatícios.

Na sentença, disse o julgador que conquanto seja a arrecadação dos honorários destinada à Defensoria, não é permitido postular em nome próprio, porque trata-se de um órgão do Poder Executivo, não sujeito de direitos e obrigações, assim como não possui personalidade jurídica própria.

Assim, por entender que a Defensoria Pública não possui legitimidade para executar os honorários advocatícios fixados em seu favor, o magistrado sentenciante julgou procedentes os embargos à execução apresenta-

dos pelo Município de Itaúna e, por consequência, extinguiu o cumprimento de sentença.

Nas razões do recurso, o defensor público Humberto dos Santos Rocha argumentou que a Defensoria Pública é parte legítima para executar os honorários advocatícios que lhe são devidos, nos termos do inciso XXI do art. 4º da Lei Complementar Federal nº 80/94. O defensor público salientou que “o magistrado incorreu em erro quanto ao entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) através da súmula 421, pois que sendo a parte vencida o Município, como no caso em tela, a Defensoria faz jus ao recebimento dos honorários”.

O relator destacou que não se aplica a referida súmula ao Município de Itaúna, uma vez que a Defensoria Pública pertence ao Estado de Minas Gerais, de forma que o referido Município não está isento do pagamento dos honorários de sucumbência.

## Portaria Conjunta disciplina parcelamento dos créditos objeto de Certidão de Pagamento de Despesas Processuais (CNPDP's)

A partir do dia 31 de outubro, entrará em vigor a Portaria Conjunta Nº 5/PR-TJMG/2018, que disciplina o parcelamento dos créditos objetos de Certidão de Pagamento de Despesas Processuais (CNPDP's), entre eles, os créditos das multas criminais e custas processuais.

Atualmente, com o protesto, houve o aumento da procura de atendimento por assistidos.

Como esse parcelamento fiscal cuidará de créditos tributários e não tributários, isso significa que o parcelamento das multas criminais ou despesas processuais, que foram gravadas em CNPDP's, estará inserido dentro do sistema informatizado da Secretaria de Estado de Fazenda, propiciando o gerenciamento eletrônico da cobrança. Dessa forma, tudo será informatizado e mais

célere. Os pagamentos serão identificados automaticamente pelo sistema. A suspensão da exigibilidade será automática e, via de consequência, o protesto será cancelado também automaticamente após o pagamento da entrada prévia.

O coordenador regional Cível da Capital, Giovani Batista Manzo, salienta que o “valor mínimo da parcela ainda está alto (R\$ 200 mensais), tendo em mira a capacidade econômico-financeira dos assistidos da DPMG; contudo, a informação repassada à Instituição é que, após o sistema começar a funcionar, há franca possibilidade de redução do valor dessa parcela mínima”.

[Leia a Portaria Conjunta nº 5/PR-TJMG/2018](#)

## Poder Judiciário acolhe tese de multiparentalidade a DPMG

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) obteve êxito em processo judicial, possibilitando o exercício da multiparentalidade, com o reconhecimento de dupla paternidade de menor de idade. A sentença, proferida pelo Juizado da Infância e Juventude da comarca de Pirapora, em 19 de setembro deste ano,

acolheu a tese e o pedido da Defensoria Pública e o novo registro de nascimento da criança passou a conter o nome da mãe adotante e dos dois pais, o adotante e o biológico.

[Saiba mais sobre o caso](#)

 **DPMG PARTICIPA**

## Inauguração de anexo feminino em presídio de Juiz de Fora

No dia 08 de outubro, a coordenadora Regional Mata I, defensora pública Ana Lúcia Gouvêa Leite, juntamente com a defensora pública Maria Aparecida Ervatti Coelho, em atuação na Vara de Execuções Criminais, representou a Defensoria Pública de Minas Gerais na inauguração do Anexo Feminino Eliane Betti do complexo penitenciário de Juiz de Fora.

As defensoras públicas Ana Paula Távora Neves e Maria Aparecida Ervatti receberam homenagens na solenidade pelo trabalho prestado ao presídio, para que as mulheres encarceradas tivessem dignidade no cumprimento das penas impostas.

O espaço conta com camas individuais, brinquedoteca para receber os filhos das presidiárias, pátio humanizado, mesas de alvenaria, salas para atende-

dimento médico, odontológico e psicológico, escola e biblioteca.

As novas instalações foram construídas com recursos da prestação pecuniária, com apoio dos agentes penitenciários e prestação de serviço de sentenciados e acautelados da comarca de Juiz de Fora.



*Inscrição do nome da defensora pública Ana Paula Távora Neves na placa inaugural*



*À esq., descerramento da placa*

*Ao lado, a defensora pública Maria Aparecida Ervatti, o juiz da Execução Criminal, Evaldo Elias Penna Gavazza e a defensora pública Ana Lúcia Gouvêa*

## 15º aniversário da Guarda Municipal de BH

No dia 10 de outubro, o assessor Institucional, Wilson Hallak Rocha, representou a Defensoria Pública de Minas Gerais na comemoração do 15º aniversá-

rio da Guarda Municipal de Belo Horizonte (GMBH). Uma solenidade realizada na Praça da Estação, em Belo Horizonte, marcou o evento.

Vinculada à Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção (SMSPP), a GMBH conta atualmente com um efetivo de 2.057 agentes, tendo 88% já passado pelo treinamento para manuseio de armas de fogo. Hoje, contam com uma média de 80 novos formandos a cada mês.

Criada com o único objetivo de resguardar o patrimônio público do município, a Guarda Municipal ganhou uma nova atribuição: o patrulhamento preventivo contra crimes ambientais, como incêndios e podas ilegais, em prol da preservação do verde em uma das maiores cidades do país.



*Com informações da Prefeitura de Belo Horizonte*

## Lançamento da 20ª edição da Revista MagisCultura

*Presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares; e o assessor Institucional Wilson Hallak Rocha*



O assessor Institucional Wilson Hallak Rocha representou a Defensoria Pública no lançamento da 20ª edição da Revista MagisCultura, publicação da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) que reúne contos, poemas, ensaios, crônicas e outros textos literários de juízes e desembargadores de Minas Gerais.

O evento, que comemorou o aniversário de dez anos da Revista, aconteceu no dia 18 de outubro, na Amagis, e contou com a presença do presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), desembargador Nelson Missias, e do presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, entre outras autoridades.

## Solenidade de instalação da Subseção Judiciária de São Sebastião do Paraíso

No dia 30 de outubro, a defensora pública Jussara de Oliveira Lauria Resende Torres, em atuação na área Criminal da Defensoria Pública em São Sebastião do Paraíso, representou a Instituição na cerimônia de instalação definitiva da Subseção Judiciária da cidade.

O ato solene marcou a conquista da sede própria da Subseção Judiciária. O imóvel ocupado pela Justiça Federal em São Sebastião do Paraíso foi destinado à unidade judiciária em caráter definitivo, em julho deste ano, por meio de decreto assinado pela então presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) ministra Cármen Lúcia, que, na ocasião, estava no exercício da Presidência da República. O decreto destinou o imóvel ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Durante a cerimônia, a defensora pública integrou o dispositivo de autoridades, junto com o diretor da Subseção Judiciária, juiz federal Marcelo Eduardo Rossitto Bassetto.



*Defensora pública Jussara Torres acompanhada pelo diretor da Subseção Judiciária, juiz federal Marcelo Eduardo Rossitto Bassetto*

Diversas autoridades também participaram da solenidade, como o presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), desembargador federal Carlos Moreira Alves; e o diretor do foro da Seção Judiciária de Minas Gerais (SJMGM), juiz federal André Prado de Vasconcelos; entre outras.

## Apresentação da Comissão da Mulher da ALMG

A chefe de Gabinete da Defensoria Pública de Minas Gerais, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias, representou a DPMG na solenidade de apresentação da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), realizada no dia 06 de novembro.

O encontro, que contou com a participação de diversas parlamentares e de representantes de vários

órgãos, foi marcado pela celebração das conquistas já alcançadas no âmbito da comissão, que atuava de forma temporária, e pelos alertas a respeito das desigualdades e violências a serem enfrentadas.

A representação feminina, na atual legislatura, é de seis deputadas. A Assembleia é composta por 77 membros.

>> Continuação

A presidente da comissão, deputada estadual Marília Campos, ressaltou que dez mulheres foram eleitas neste ano para ocuparem cadeiras no Parlamento



Defensora pública  
Raquel Gomes de  
Sousa da Costa Dias

mineiro a partir de 2019 e lembrou os quatro anos de trabalho da comissão.

A chefe de Gabinete da DPMG, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias, informou que a Defensoria Pública do Estado é composta por 50% de mulheres, o que foi celebrado pelas autoridades que compunham a mesa e pelas participantes e representantes de movimentos sociais presentes. A defensora pública destacou, ainda, que a Instituição e a comissão devem zelar, sobretudo, pelas mulheres em situação de vulnerabilidade.

Com informações da ALMG



A deputada estadual Marília Campos encerrou a solenidade lembrando que a Mesa da Assembleia nunca teve uma mulher como membro

## Posse do Defensor Público-Geral Federal

O defensor público e coordenador do Núcleo de Atuação junto aos Tribunais Superiores, Pericles Batista da Silva, representou a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) na posse do defensor público-geral federal, Gabriel Faria Oliveira, realizada no dia 07 de novembro, na sede da Defensoria Pública da União (DPU), em Brasília.

Na cerimônia, o presidente da República Michel Temer empossou Gabriel Faria e reafirmou o papel da Defensoria Pública na defesa dos direitos constitucionais. “A Defensoria tem um exercício de natureza social, porque ela vai buscar acolher exatamente aqueles que não podem ter acesso direto ao Poder Judiciário”, destacou o presidente.

Temer relembrou sua atuação como procurador do estado de São Paulo, quando ainda não havia Defensoria naquela unidade federativa. Na época, era a Procuradoria de Assistência Judiciária que atendia os necessitados. O presidente ressaltou, ainda, que participou da Constituinte na qual a Defensoria foi criada como órgão autônomo, frisando a importância do papel de-



sempenhado pela DPU e pelas Defensorias estaduais, o que demonstra a atenção da União e dos estados-membros a aspectos sociais.

Participaram da solenidade autoridades de todo o Brasil, incluindo a procuradora-geral da República, Raquel Dodge.

[Confira aqui a cerimônia completa](#)

## H HOMENAGENS

### Defensor público-geral é agraciado com a Medalha Santos Dumont

O defensor público-geral, Gério Patrocínio Soares, foi homenageado com a Medalha Santos Dumont, no Grau Ouro. A condecoração é concedida pelo Governo de Minas Gerais a pessoas e entidades que tenham contribuído para o desenvolvimento e o progresso do estado e do país. A cerimônia de outorga aconteceu no dia 30 de outubro, na Fazenda Cabangu, em Santos Dumont.

Dentre as 126 personalidades e entidades agraciadas nesta edição da Medalha, 27 receberam a comenda no Grau Ouro. A honraria foi criada em 1956 para comemorar os cinquenta anos do primeiro voo do brasileiro Alberto Santos Dumont em uma aeronave mais pesada que o ar, o 14-Bis, em outubro de 1906, em Paris (França). A Fazenda Cabangu, local da cerimônia, é o lugar onde nasceu o inventor do avião e guarda um precioso acervo de Santos Dumont, entre réplicas de aviões e objetos do inventor.

O secretário de Estado de Cultura, Ângelo Oswaldo, representou o governador Fernando Pimentel, que não pôde comparecer à solenidade.

*Com informações da Agência Minas*



*O secretário de Cultura, Ângelo Oswaldo, faz a outorga da comenda ao defensor-geral, Gério Patrocínio, em cerimônia prestigiada por diversas autoridades*

## NA MÍDIA

### Rádio Super Notícias FM: Direitos das pessoas com deficiência

O defensor público Luis Renato Braga Arêas Pinheiro, em atuação em Betim, participou, no dia 05 de outubro, do programa “15 minutos com Sapia”, na rádio Super Notícias

FM, oportunidade em que falou sobre os direitos das pessoas com deficiência.

[Ouçã aqui a matéria](#)

## NA MÍDIA

### Mutirão “Direito a Ter Pai”

#### • Programa “Mesa de Debates” em Juiz de Fora

A coordenadora da Regional Mata I, Ana Lúcia Gouvêa Leite, participou, no dia 17 de outubro, do programa Mesa de Debates, da TVE, em Juiz de Fora. Na oportunidade, prestou esclarecimentos sobre a inscrição e realização do Mutirão “Direito a Ter Pai”.

Participaram também do encontro o diretor da imobiliária Souza Gomes, Diogo Souza Gomes; a presidente da Associação Feminina de Prevenção e Combate ao Câncer de Juiz de Fora (Ascomcer), Alessandra Sampaio; a presidente do grupo Diário Regional, Jane Aragão; e o maestro Guto Cimino.



Da esquerda para a direita: a defensora pública Ana Lucia; o diretor da imobiliária Souza Gomes, Diogo Souza Gomes; a presidente da Ascomcer, Alessandra Sampaio; o apresentador Caio Zoia; a presidente do grupo Diário Regional, Jane Aragão; e o maestro Guto Cimino

[Clique aqui para ver o programa](#)



#### Defensor público e parceiros produzem vídeo de divulgação em São Lourenço

Com o apoio de parceiros, o coordenador Local em São Lourenço, defensor público João Henrique Rennó Matos, produziu um vídeo de divulgação do Mutirão “Direito a Ter Pai”.

O trabalho contou com a participação do defensor, da dupla de músicos profissionais de Itajubá, conhecida como Vanessa e Flavinho, e de Juan Gullet Faustino de Oliveira.

[Veja aqui o VT e divulgue](#)

## CONVITES



**II Dia Mundial dos Pobres**  
Terequaher PAPA FRANCISCO

“Este pobre clama e o Senhor o escuta.”  
SI 34, 7

**MUTIRÃO**

Orientação jurídica  
Apoio psicológico  
Alimentação  
Serviços de saúde  
Lazer  
Cuidados pessoais

>> Saiba mais

## CONVITES

A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais,  
em parceria com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais,  
promove



**MUTIRÃO**  
**DIREITO A TER PAI • 2018**

Dia 23 de novembro de 2018 | De 08 às 17H

**CADASTRO ATÉ**  
**31/10/2018**

>>> *Saiba mais*

### Consulta aos servidores e à sociedade civil

Reforma da Deliberação nº 011/2009, que trata da divisão abstrata dos cargos da Defensoria Pública em consonância com o Planejamento Estratégico e Plano Geral de Atuação.

[Acesse aqui](#)



**FAÇA O EXAME DE PRÓSTATA.  
ELÉ PODE SALVAR SUA VIDA.**

 **NOVEMBRO AZUL**



BOLETIM INFORMATIVO DA DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Produção e diagramação: Comunicação Visual e Publicidade da Ascom-DPMG

Siga-nos no  
**Facebook e**  
**Instagram.**



@defensoriamineira



[www.defensoria.mg.def.br](http://www.defensoria.mg.def.br)

## COMUNICADOS INTERNOS

### **Cadastramento para acesso ao Sistema Integrado De Gestão Prisional (SIGPRI)**

A Coordenação Criminal informa que a Defensoria Pública conseguiu acesso ao Sistema Integrado de Gestão Prisional (SIGPRI), que permite consultar a situação prisional dos assistidos da DPMG.

A Coordenação Criminal ficará responsável pelo cadastramento dos defensores públicos interessados, que deverão encaminhar e-mail para [criminal@defensoria.mg.def.br](mailto:criminal@defensoria.mg.def.br), solicitando o cadastramento. Deverão ser informados os seguintes dados: nome completo, CPF, RG, MADEP, telefone de contato pessoal (preferencialmente celular ou fixo de trabalho), lotação e e-mail institucional.

*Fonte: Coordenação Criminal (04/10/2018)*

---

### CONSULTA À CLASSE

### **Reforma da Deliberação nº 011/2009, que trata da divisão abstrata dos cargos da defensoria pública em consonância com o Planejamento Estratégico e PGA**

Considerando a tramitação no âmbito do Conselho Superior de proposta tratando da revisão da Deliberação nº 011/2009, em consonância com o Planejamento Estratégico e o Plano Geral de Atuação, e conforme decisão extraída da 9ª sessão ordinária de 2018, realizada no dia 21 de setembro, fica aberta consulta para sugestões da classe, e pelo período de 60 (sessenta) dias, compreendido entre 01 de outubro e 30 novembro de 2018.

As sugestões poderão ser encaminhadas ao e-mail [reforma011.defensor@defensoria.mg.def.br](mailto:reforma011.defensor@defensoria.mg.def.br)

[Veja a nota com os links dos documentos afins](#)

---

### **Resolução convoca defensores públicos a solicitar emissão de certificado digital**

Por meio da Resolução nº 256/2018, publicada no Diário Oficial de Minas Gerais no dia 30/10/2018, ficam convocados os defensores públicos que ainda não o fizeram para a emissão de certificados digitais, que lhes atribuirá assinatura digital destinada a habilitá-los a peticionar nos processos eletrônicos.

A inscrição para certificação digital deverá ser feita por meio de abertura de um ticket no “sistema de chamados da DPMG”, na opção “Informática – STI/Certificado Digital”.

[Clique aqui para ler a Resolução nº 256/2018.](#)

### **PJe: TJMG disponibiliza canal exclusivo para solução de problemas ou esclarecimento de dúvidas**

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) disponibiliza um canal exclusivo de atendimento para solução de problemas ou esclarecimento de dúvidas relacionadas ao Sistema PJe.

O atendimento pode ser virtual, pelo site <http://informatica.tjmg.jus.br>, ou pelos telefones 4020-7560 (Belo Horizonte e região metropolitana) e 0800 276 7060 (demais localidades).

Para acessar o suporte ao usuário virtual é necessário fazer o cadastramento no Portal de Serviços de Informática. O cadastramento e o acesso ao Portal de Serviços de Informática do TJMG deverão ser feitos pelo próprio defensor público, no endereço eletrônico <http://informatica.tjmg.jus.br>.

*Fonte: Assessoria de Planejamento e Infraestrutura (15/10/2018)*

---

### CONSELHO SUPERIOR

### **Instrução Nº 05/2018 CGDPMG**

A Instrução nº 05/2018 da Corregedoria-Geral, disponibilizada na intranet no dia 15/10/2018, dispõe sobre a utilização dos modelos de relatórios médicos das Defensorias Especializadas em Saúde e Infância e Juventude nos processos envolvendo a saúde pública.

[Clique aqui para ler.](#)

### **Novas informações no site da DPMG**

A Corregedoria-Geral informa que estão disponibilizados, no site da DPMG, novos campos contendo informações do órgão. Os dados estão situados no menu superior, item “Corpo Gestor”, subitem “Corregedoria-Geral”.

Além da atualização do subitem “Apresentação CG”, foi acrescentado o subitem “Atos Normativos”, onde podem ser consultados “Editais de Correições”, “Estágio Probatório”, “Estatística”, “Instruções CG”, “Orientações Funcionais” e “Resoluções CG”.

Na intranet, na aba “Corregedoria”, localizada no menu lateral esquerdo, os campos foram reformulados para melhor organização.

## COMUNICADOS INTERNOS

### **Abertas inscrições para participação no mutirão do júri na comarca de Araxá**

Encontra-se disponível na intranet a Resolução nº 246/2018, publicada no dia 19/10/2018, que dispõe sobre o mutirão do júri na comarca de Araxá.

Conforme a resolução, estão abertas inscrições para defensores públicos cooperarem voluntariamente no mutirão do tribunal do júri, que está sendo realizado nos meses de novembro e dezembro de 2018, em Araxá.

Os interessados deverão solicitar inscrição pelo e-mail: [criminal@defensoria.mg.def.br](mailto:criminal@defensoria.mg.def.br), especificando o processo para o qual estão se inscrevendo.

O mutirão será realizado sob a organização da coordenação Criminal da Capital.

[Leia a Resolução nº 246/2018](#)

[Acesse aqui a relação dos júris disponíveis para cooperações no mutirão](#)

### **SRLI informa: elevadores sede II**

Em continuidade ao serviço de modernização dos elevadores da sede II em Belo Horizonte, a Superintendência de Recursos Logísticos e Infraestrutura (SRLI) informa que a partir do dia 23/10/2018, o primeiro elevador estará liberado em definitivo para utilização. Durante esta semana, todo o transporte de carga deverá ser realizado somente pelo segundo elevador.

Nos próximos dias será informada a data da paralisação do segundo elevador para modernização, bem como previsão para entrega definitiva do serviço.

*Fonte: SRLI / DPMG (23/10/2018)*

### **Suspensão das atividades do almoxarifado**

Com base na Resolução nº 242/2018, que dispõe sobre a criação da Comissão Inventariante de 2018, o presidente da Comissão comunica que suspenderá as atividades do Almoxarifado para realização do inventário anual.

Para as unidades de Belo Horizonte e Região Metropolitana, o último dia para realizar qualquer solicitação de insumos e produtos ao Almoxarifado será 27/11/2018. Para essas unidades, o Almoxarifado voltará a funcionar a partir do dia 11/12/2018.

Para as demais unidades (interior), na próxima solicitação de insumos e produtos ao Almoxarifado deverão constar os itens de consumo para os meses de novembro e dezembro. Para essas unidades, o Almoxarifado voltará a suas atividades regulares em 07/01/2019.

[Clique aqui para ver a Resolução nº 242/2018.](#)

### **Aberta consulta para cooperação voluntária e temporária na Defensoria de Execução Penal de Ribeirão das Neves**

Conforme a Resolução nº 251/2018, publicada no Diário Oficial de Minas Gerais no dia 24/10/2018, está aberta consulta para inscrição de defensoras e defensores públicos interessados em cooperarem voluntariamente na Defensoria de Execução Penal de Ribeirão das Neves, com início em 05/11/2018 e previsão de término em 31/03/2019.

Os interessados deverão solicitar inscrição por e-mail, no prazo de cinco dias úteis, direcionado ao endereço: [gabinete@defensoria.mg.def.br](mailto:gabinete@defensoria.mg.def.br).

Está autorizada a compensação de um dia para cada dez dias de serviço, mediante apresentação de certidão a ser expedida pela Coordenação de Ribeirão das Neves, cujo exercício dependerá de ajuste prévio com a respectiva Coordenação do órgão de titularidade do (a) cooperador (a).

[Clique aqui para ler a Resolução nº 251/2018.](#)

### **Assessoria de Administração Estratégica e Inovação**

Com a Resolução 248/2018, publicada em 20/10/2018, foi criada a Assessoria de Administração Estratégica e Inovação, que irá assessorar a Defensoria-Geral e Subdefensoria-Geral na determinação de políticas e gerenciamento dos projetos estratégicos da Instituição, na execução do Planejamento Estratégico e na elaboração de minuta do Plano Geral de Atuação, além de trabalhar, de forma conjunta com a Coordenadoria de Projetos e Convênios, na gestão do portfólio de projetos estratégicos.

### **Núcleo Estratégico de Proteção aos Vulneráveis em Situações de Crise**

O Conselho Superior criou, por meio da Deliberação n. 50/2018, e em caráter excepcional, o Núcleo Estratégico da Defensoria Pública de Proteção aos Vulneráveis em Situações de Crise, com sede na comarca de Belo Horizonte. Suas principais atribuições são: promover as ações extrajudiciais ou judiciais e prestar assistência jurídica às comunidades ameaçadas de remoção forçada de grande impacto e repercussão social na Região Metropolitana de Belo Horizonte e no interior do estado. O Núcleo deve, ainda, prestar assistência aos atingidos, em conjunto com as Defensorias Especializadas e com os defensores públicos locais, atuando conjuntamente aos demais órgãos do sistema de Justiça nos processos executivos e de tomada de decisão.